

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

200 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 18 a 22/3/2024

1. CONSELHO EUROPEU DE 21 E 22 DE MARÇO	1
2. COMISSÕES PARLAMENTARES DO PE	2
AFCO - reforma do PE	2
DROI - Médio-Oriente	2
AFET - alargamento	3
AFCO - Futuro da Europa	3
IMCO - Serviços Digitais	4
3. COMISSÃO EUROPEIA - ALARGAMENTO - REFORMAS E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS	4
4. UCRÂNIA - MEDIDAS COMERCIAIS	6
5. ELEIÇÕES EUROPEIAS - PROJEÇÕES E ANÁLISES	6
6. COMISSÃO EUROPEIA - MEDIDAS NA PAC	7
7. COMISSÃO EUROPEIA - NEGOCIAÇÕES COM A SUÍÇA	8
8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	9
Conselho dos Negócios Estrangeiros	9
Conselho dos Assuntos Gerais	9
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	10
Parlamento Europeu	10
Comissão Europeia	10
Conselho da União Europeia	10
Cooperação interparlamentar	10

1. CONSELHO EUROPEU DE 21 E 22 DE MARÇO

Realizou-se esta semana, em Bruxelas, uma **reunião do Conselho Europeu** (detalhe [aqui](#) e carta de convite [aqui](#)), com os seguintes temas na agenda: apoio à Ucrânia, a situação no Médio Oriente, a política de defesa da UE e a agricultura. O think tank do PE disponibilizou uma antevisão desta reunião do Conselho, que pode ser lida [aqui](#), bem como um press kit, disponível [aqui](#). O live blog do *Político* pode ser consultado [aqui](#).

Em 21 de março, o Conselho Europeu adotou [Conclusões sobre a Ucrânia, segurança e defesa, o Médio Oriente, alargamento e reformas, migração, preparação e resposta a situações de crise e o Semestre Europeu](#).

No que respeita à **segurança e defesa**, os dirigentes da UE analisaram a nova estratégia industrial europeia de defesa apresentada pela Comissão Europeia. Uma das questões centrais é a do financiamento, como demos nota na Síntese [n.º 198](#), tendo sido discutida a possibilidade de emissão de empréstimos conjuntos para este efeito, iniciativa que conta com o apoio da França e possível abertura de países tradicionalmente com reservas a esta abordagem, como a Finlândia, a República Checa e o Luxemburgo. Esta possibilidade conta, para já, com a oposição dos Países Baixos, Alemanha, Dinamarca ou Áustria e outros países. *"Tivemos um debate muito construtivo sobre esta questão"*, disse a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, acrescentando que *"O debate está no início, não no fim"*. Formalmente, os líderes da UE concordaram em *"explorar todas as opções para mobilizar o financiamento e apresentar um relatório até junho"*. Além disso, "o Banco Europeu de Investimento é convidado a adaptar a sua política de concessão de empréstimos à indústria da defesa e a sua atual definição de bens de dupla utilização, salvaguardando simultaneamente a sua capacidade de financiamento. O Euractiv disponibiliza uma análise [aqui](#)

No que diz respeito à intensificação da assistência militar necessária à **Ucrânia**, *"o Conselho Europeu congratula-se com todas as recentes iniciativas a este respeito – nomeadamente a que foi lançada pela Chéquia tendo em vista a aquisição urgente de munições para a Ucrânia –, que permitirão cumprir rapidamente o compromisso da UE de fornecer à Ucrânia um milhão de munições de artilharia"*. Além disso, congratula-se com a criação de um **Mecanismo de Assistência à Ucrânia**, bem como com o 13º pacote de sanções contra a Rússia. O Conselho Europeu analisou os progressos realizados sobre os próximos passos concretos no sentido de canalizar as receitas extraordinárias provenientes dos ativos imobilizados da Rússia em benefício da Ucrânia, incluindo a possibilidade de financiar o apoio militar, convidando o Conselho a prosseguir os trabalhos sobre as recentes propostas do alto representante e da Comissão.

Sobre o **Médio Oriente**, o Conselho Europeu *"Está consternado com a perda sem precedentes de vidas civis e com a situação humanitária crítica (...)"* e *"apela a uma pausa humanitária imediata que conduza a um cessar-fogo sustentável, à libertação incondicional de todos os reféns e à prestação de ajuda humanitária."* Finalmente, *"O Conselho Europeu insta o Governo israelita a não levar a cabo uma operação terrestre em Rafa, que agravaria a já catastrófica situação humanitária e impediria a prestação urgentemente necessária de serviços básicos e de ajuda humanitária."*

Em matéria de alargamento, e com base na recomendação da Comissão de 12 de março de 2024, o Conselho Europeu decidiu abrir as negociações de adesão com a [Bósnia-Herzegovina](#).

O Conselho Europeu debateu também a resposta da UE às atuais preocupações no setor agrícola.

A 22 de março, teve lugar a **Cimeira do Euro**, que debateu a situação económica, a coordenação das políticas e fez o balanço do [relatório do Eurogrupo](#) sobre o futuro da União dos Mercados de Capitais, e foi adotada uma Declaração final, disponível [aqui](#).

2. COMISSÕES PARLAMENTARES DO PE¹

AFCO - reforma do PE

A Comissão dos Assuntos Constitucionais aprovou o **relatório que propõe reformas para reforçar os métodos de trabalho internos do Parlamento**, o seu papel institucional e a sua capacidade de ação. Aprovado por 19 votos a favor, dois contra e seis abstenções, o [relatório](#) elaborado pelo presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Salvatore De Meo (PPE, IT), implementa as recomendações do grupo de reforma parlamentar "Parlamento 2024", aprovado pela Conferência dos Presidentes em dezembro de 2023 (detalhe [aqui](#)). As principais mudanças para garantir um melhor funcionamento do Parlamento são nos seguintes domínios:

- **Melhorar o processo legislativo:** as alterações irão reduzir significativamente os conflitos de competências entre comissões e melhorar a forma como estas cooperam. A Conferência dos Presidentes terá agora também a possibilidade, como último recurso, de criar uma comissão legislativa temporária para propostas legislativas transversais especialmente amplas que, de outra forma, envolveriam um número invulgarmente elevado de comissões, tornando o processo legislativo muito difícil de gerir.
- No que se refere ao **papel institucional do Parlamento**, as alterações visam assegurar um maior controlo e responsabilização democráticos. Introduzem um mecanismo de resposta adequado para lidar com projectos de decisões do Conselho que abordem dificuldades graves nos Estados-Membros, por exemplo, interrupções no fornecimento de determinados produtos (propostas baseadas no artigo 122.º do TFUE) e incluem uma revisão adequada do procedimento de urgência, limitando-o apenas a casos excepcionais e estritamente necessários.
- **Mais controlo democrático e debates em plenário:** foram aprovadas inovações como a introdução do conceito de audições especiais de controlo destinadas a questionar os Comissários, ou quaisquer outras pessoas relevantes, sobre uma questão de grande importância política. As reformas incluem também a possibilidade de realizar sessões plenárias *ad hoc*, bem como sessões especiais de controlo com o Presidente da Comissão ou com Comissários seleccionados sem um tema pré-definido, a realizar uma vez por sessão plenária. O processo das audições de confirmação dos Comissários está também a ser simplificado e flexibilizado.
- **O papel do Parlamento enquanto autoridade orçamental e de quitação:** A cooperação entre as comissões parlamentares será melhorada através de uma abordagem mais holística do orçamento, da quitação e da legislação. O PE ambiciona que os seus poderes legislativos e orçamentais possam apoiar as prioridades políticas do Parlamento, sendo que, para o efeito, todas as propostas legislativas com impacto no orçamento da UE serão submetidas a uma avaliação orçamental. O Parlamento irá também atualizar a sua forma de verificar a forma como o orçamento da UE é gasto, para ajudar a garantir uma boa relação custo-benefício.

O relatório deverá ser apresentado na sessão plenária de 10 e 11 de abril em Bruxelas. Para que as alterações relativas aos procedimentos interinstitucionais sejam implementadas, o Acordo-Quadro de 2010 entre o Parlamento e a Comissão terá de ser revisto, um procedimento já iniciado pela Presidente do PE, Roberta Metsola.

DROI - Médio-Oriente

No dia 19 de março, a Subcomissão dos Direitos Humanos (DROI) procedeu a uma troca de pontos de vista sobre Israel e a Palestina com May Pundak e Rula Hardal, directores executivos israelita e palestino do movimento "[Uma Terra para Todos - Dois Estados, Uma Pátria](#)". O debate está disponível [aqui](#). Após a reunião, o Presidente desta Subcomissão, Udo Bullmann (S&D, Alemanha), afirmou que "*Durante a minha recente*

¹ Fonte: Serviço de Imprensa do PE

visita ao Egito, a Israel e à Palestina, vi o terrível sofrimento de ambos os lados do conflito e fiquei chocado. No entanto, encontrei-me com muitas pessoas em Israel e na Palestina que estão orientadas para a solução e que trabalham ativamente para um futuro melhor para todos. Entre elas, May Pundak e Rula Hardal. Uma tem raízes israelitas e a outra tem raízes palestinianas. Juntas, lideram o movimento israelo-palestino "Uma terra para todos - Dois Estados, uma pátria".

Acrescentou que “A sua visão articulada consiste em dois Estados soberanos, independentes e democráticos numa pátria partilhada, com liberdade de circulação gradual tanto para os judeus israelitas como para os árabes-palestinos, onde a igualdade de direitos individuais e nacionais é respeitada. Acreditam que o princípio da integração deve substituir o paradigma da segregação. O futuro deve prever a partilha do poder e uma representação comum dos interesses, pressupondo uma solução pragmática e sustentável de dois Estados.”

AFET - alargamento

Os Deputados da Comissão dos Assuntos Externos **debateram o futuro do alargamento da UE** com os ministros, vice-ministros e secretários de Estado de alguns Estados-Membros da UE. Estiveram presentes os Ministros dos Negócios Estrangeiros da Áustria, Dinamarca, Estónia, Finlândia, Letónia, Lituânia e Eslovénia e os Vice-Ministros ou Secretários de Estado da Bulgária, Croácia, Chipre, Grécia e Hungria.

Recorde-se que no [relatório anual 2023 sobre a Política Externa e de Segurança Comum](#), o PE alertou para o facto de a guerra de agressão russa contra a Ucrânia ter desestabilizado significativamente os países dos Balcãs Ocidentais e da Parceria Oriental, o que põe em risco a segurança da UE. Para resolver este problema, recomenda-se que a UE reforme a sua política de vizinhança e acelere o processo de alargamento. Em 2024, o PE adotou um relatório que apelava a [reformas institucionais e financeiras](#) para garantir a capacidade da UE para absorver novos membros. O PE apoia igualmente o [Mecanismo para a Reforma e o Crescimento dos Balcãs Ocidentais](#), que visa apoiar os parceiros da UE na região, facilitando a realização de reformas socioeconómicas abrangentes.

No debate ([aqui](#)), vários representantes dos Estados-Membros afirmaram que a UE deve iniciar o processo de negociações de adesão com a Ucrânia e a Moldávia, o mais tardar, em junho. Os representantes dos Estados-Membros elogiaram a Bósnia e Herzegovina pelo seu bom trabalho nos últimos doze meses na adoção das reformas europeias. A ministra austríaca Karoline Edtstadler apelou à UE para que cumpra as suas promessas de dezembro passado (de abrir negociações de adesão com a Bósnia-Herzegovina) e para que apoie este país na manutenção do seu empenhamento no processo de adesão, o que poderia ser um exemplo e incentivo para todos os outros países dos Balcãs Ocidentais.

AFCO - Futuro da Europa

A Comissão dos Assuntos Constitucionais organizou uma audição ([aqui](#)) para fazer um [balanço do que foi alcançado até à data](#), com base nas [propostas](#) da **Conferência sobre o Futuro da Europa**, e perspetivar o futuro com base nas [propostas do Parlamento Europeu para alterar os Tratados](#) (detalhe [aqui](#)).

A Vice-Presidente da Comissão para a Democracia e a Demografia, Dubravka Šuica, referiu que, no atual contexto geopolítico, a UE caminha na direção certa e sublinhou que as pessoas podem envolver-se com a democracia de muitas formas diferentes. Cabe às instituições europeias assegurar que a democracia funciona para todos os cidadãos. Após uma apresentação dos serviços do Parlamento Europeu sobre o [seguimento da Conferência sobre o Futuro da Europa](#), Elisa Gambardella, da Rede da Sociedade Civil Europeia e membro do plenário da Conferência, o Diretor Adjunto do Centro Jacques Delors em Berlim, Dr. Thu Nguyen, e o antigo deputado europeu Elmar Brok avaliaram o trabalho já realizado. Sublinharam a importância do diálogo e de uma participação significativa entre as instituições, bem como a necessidade de reforçar o Estado de direito. Na parte seguinte da audição, o Professor Gregor Kirchhof (Universidade de Augsburg), a Professora Christine

Kaddous (Universidade de Genève) e a Dra. Daniela Schwarzer (Fundação Bertelsmann, Berlim) sublinharam que a UE precisa de estar preparada para grandes mudanças, mesmo antes do seu alargamento.

Durante as trocas de impressões com os peritos, os Deputados levantaram questões e preocupações sobre o futuro da Europa e sobre a forma de fortalecer e salvaguardar as regras de direito da União. O debate centrou-se na forma de melhorar as competências, o papel e o âmbito de ação da UE, bem como sobre os modos de reforçar as ligações entre os cidadãos e os seus representantes eleitos, aumentando simultaneamente a responsabilidade e a transparência, promovendo a participação dos cidadãos e um processo de decisão mais inclusivo.

IMCO - Serviços Digitais

A [Comissão para o Mercado Interno e Proteção dos Consumidores](#) debateu a **implementação da Lei dos Serviços Digitais** com representantes da Comissão Europeia, da Agência dos Direitos Fundamentais da UE e da sociedade civil. Recorde-se que a [Lei dos Serviços Digitais \(DSA\)](#) e a Lei dos Mercados Digitais (DMA) visam atenuar os impactos sociais e económicos da indústria tecnológica, estabelecendo normas claras sobre a forma como operam e prestam serviços na UE, em conformidade com os direitos e valores fundamentais da UE. A Comissão IMCO criou um [grupo de trabalho](#) para analisar a aplicação das DSA e apresentar um relatório sobre as suas conclusões. As regras da DSA tornaram-se aplicáveis às maiores plataformas em linha e aos [motores de pesquisa](#) (os chamados VLOP e VLOSE) em agosto de 2023 e foram alargadas a todas as plataformas em linha em 17 de fevereiro de 2024.

A partir de 4 de março de 2024, os guardiões designados tiveram de [cumprir as suas obrigações](#) ao abrigo da Lei dos Mercados Digitais. Está previsto um debate sobre a aplicação da DMA, com a participação da Vice-Presidente Executiva da Comissão, Margrethe Vestager, no Comité do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores (IMCO), em 3 de abril de 2024.

Tendo em conta as próximas eleições de 6 a 9 de junho, que são vistas como um primeiro "teste de resistência" à DSA, os Deputados convidaram representantes da Comissão Europeia, da Agência dos Direitos Fundamentais da UE e da organização sem fins lucrativos Center for Democracy & Technology. O debate incidiu sobre a aplicação da nova lei digital, as interações com os Estados-Membros, as investigações em curso, os desafios associados à moderação de conteúdos e o papel da sociedade civil.

3. COMISSÃO EUROPEIA - ALARGAMENTO - REFORMAS E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS

A Comissão adotou esta semana a muito aguardada **Comunicação sobre as reformas e as revisões das políticas no período anterior ao alargamento** (disponível [aqui](#)), que visa contribuir para o processo de discussão em curso sobre as reformas internas que a UE terá de efetuar para se preparar para uma União alargada. Esta Comunicação analisa as implicações de uma UE maior em **quatro domínios principais** - valores, políticas, orçamento e governação - lançando as bases para as revisões políticas pré-alargamento anunciadas pela Presidente von der Leyen no seu discurso sobre o estado da União em 2023.

Considera-se que o alargamento é do interesse estratégico da própria União e que, apesar dos desafios, os benefícios de um processo de alargamento bem gerido abrangem várias áreas: geopolítica, económica, ambiental, social e democrática. Para que tal aconteça, tanto a UE como os países candidatos devem estar bem preparados e o processo de adesão deve continuar a basear-se no mérito. Tirando partido das lições aprendidas com os anteriores alargamentos, considera-se ainda que a **integração gradual** tornou-se um elemento importante na preparação dos países do alargamento muito antes da adesão (uma ideia que Portugal, Alemanha e França defenderam anteriormente, como se pode ler [aqui](#)).

- **Valores:** A defesa da democracia, do Estado de direito e dos direitos fundamentais é uma pedra angular da UE. Tem de orientar uma transformação profundamente enraizada nos países do alargamento. Estes

valores continuam a orientar uma transformação profunda nos países do alargamento. A UE está a reforçar os seus instrumentos para garantir que o Estado de direito é respeitado de forma coerente em toda a União, para além da adesão.

- **Políticas:** Embora possam surgir desafios, uma União maior alarga as inúmeras vantagens do mercado único. No entanto, para que estas vantagens se concretizem para os cidadãos e as empresas, o processo de alargamento deve ser bem preparado. A Comunicação centra-se nos seguintes aspectos:

Melhorar a conectividade: Uma União mais alargada reforçará a conectividade física, conduzindo a custos logísticos mais baixos e a fluxos comerciais mais fluidos: trará benefícios económicos tangíveis para os consumidores e as empresas. Muitos destes progressos dependerão da disponibilidade de investimentos privados e públicos suficientes e da convergência regulamentar. As análises políticas podem examinar, por exemplo, de que forma as iniciativas políticas destinadas a reforçar a resiliência através da inovação industrial revolucionária podem obter maior escala e apoio de projectos importantes de interesse europeu comum.

Cumprir os compromissos em matéria de clima e ambiente: Os países do alargamento têm também um enorme potencial em termos de energias renováveis e de eficiência energética. As revisões políticas teriam de examinar que novos desafios podem ser enfrentados pela política climática e pela política industrial verde da UE, salvaguardando simultaneamente as nossas ambições e assegurando a previsibilidade.

Melhorar a qualidade e a segurança alimentar: Um dos principais desafios do futuro alargamento consistirá em reforçar a capacidade da política agrícola comum da UE para apoiar um modelo de produção agroalimentar sustentável e competitivo, tendo simultaneamente em conta as necessidades dos agricultores e a variedade de modelos agrícolas. As análises políticas examinarão a capacidade dos países candidatos e dos potenciais candidatos para aplicar a legislação da UE relativa aos regimes de apoio direto à agricultura e para implementar as organizações comuns de mercado para vários produtos agrícolas.

Criar as condições para a convergência social, económica e territorial: A adesão à UE traz benefícios tangíveis para a economia, como a redução dos custos de transação, o aumento do investimento, o comércio intra-regional, o crescimento económico e o reforço dos direitos sociais. Permite igualmente o acesso a mercados financeiros mais vastos e mais diversificados, reduzindo assim os custos de financiamento e proporcionando aos consumidores uma maior escolha e preços mais baixos. Para fazer face aos desafios ligados à governação das políticas de convergência económica, social e territorial num grupo mais vasto de Estados-Membros, as revisões das políticas deverão refletir, nomeadamente, sobre a eliminação das lacunas legislativas e de aplicação.

Cumprir compromissos sólidos em matéria de segurança, migração e gestão das fronteiras: Num contexto geopolítico cada vez mais difícil, uma União mais alargada reforçaria o seu papel nos assuntos mundiais e nas instâncias multilaterais - se for capaz de agir de forma unida, rápida e decisiva. Isto requer uma visão comum subjacente e um elevado grau de partilha de análises e pontos de vista entre os Estados-Membros. No entanto, uma União mais alargada poderá, pelo menos inicialmente, implicar uma maior diversidade de interesses e agendas em matéria de política externa. As revisões políticas deverão analisar a credibilidade e a capacidade de ação da União, que dependerá da eficácia do processo de tomada de decisões.

- **Orçamento:** o impacto financeiro exato do alargamento dependerá essencialmente do seu calendário, do seu âmbito e do resultado das negociações de adesão baseadas no mérito. Os futuros programas de despesas da UE devem ser desenvolvidos tendo em conta o futuro alargamento. Paralelamente, será também necessário analisar a forma como os instrumentos de pré-adesão podem ser aperfeiçoados para preparar melhor a adesão e a transição para a participação nos fundos da UE.
- **Governança:** Desde 2022, tem havido reflexões sobre as reformas institucionais da UE e a perspetiva do alargamento conferiu a este debate um novo sentido de urgência. Embora a Comissão tenha manifestado o seu apoio à alteração do Tratado, "*se e onde for necessário*", considera que a governação da

UE pode ser rapidamente melhorada utilizando todo o potencial dos actuais Tratados, como as "cláusulas passerelles" que permitem passar da unanimidade para a votação por maioria qualificada no Conselho em domínios fundamentais.

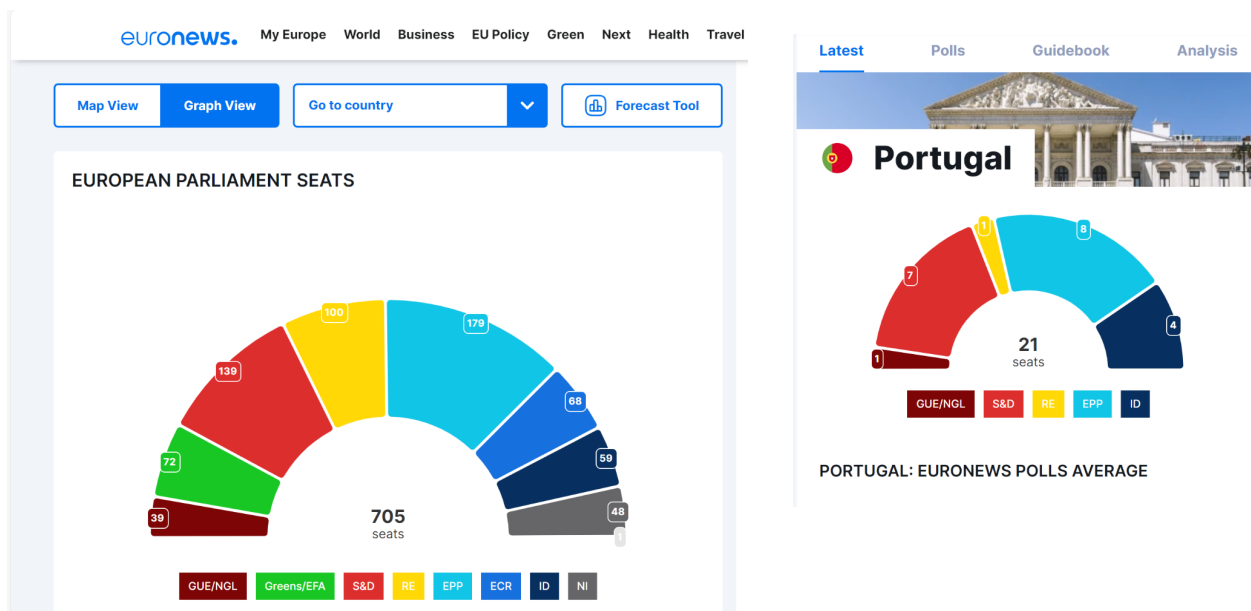
4. UCRÂNIA - MEDIDAS COMERCIAIS

O Conselho e o PE chegaram a um [acordo provisório](#) para renovar a suspensão dos direitos de importação e dos contingentes aplicáveis às exportações ucranianas para a UE por mais um ano, até 5 de junho de 2025. O regulamento renovado será aplicável de 6 de junho de 2024 a 5 de junho de 2025 e diz respeito à continuação da suspensão de todos os direitos aduaneiros e contingentes devidos nos termos do [Acordo de Associação entre a UE e a Ucrânia que estabelece uma zona de comércio livre abrangente e aprofundado \(ZCLAA\)](#).

Os principais elementos do acordo provisório são o alargamento do âmbito de aplicação do mecanismo de salvaguarda automática a quatro produtos adicionais (aveia, milho, grumos e mel); a redução do período de ativação da salvaguarda automática (de 21 para 14 dias); e o compromisso da Comissão em reforçar o acompanhamento das importações de trigo e de outros cereais e em utilizar os instrumentos à sua disposição em caso de perturbações do mercado.

5. ELEIÇÕES EUROPEIAS - PROJEÇÕES E ANÁLISES

A Euronews publicou a sua própria projeção para as eleições ao Parlamento Europeu de 6 a 9 de junho próximo, disponível [aqui](#) e que apresenta a seguinte estimativa. Permite, igualmente, consultar as projeções por país e, no que diz respeito a Portugal, o quadro é o da imagem direita:



Entretanto, o PE disponibilizou um **kit de ferramentas educativas para professores e jovens**, com módulos interactivos e fáceis de compreender, com várias informações sobre as eleições, a desinformação e a campanha para as eleições, que está disponível [aqui](#).

O PE considera que “os rumores falsos, as meias verdades e as mentiras deliberadas destinadas a enganar as pessoas sempre existiram. No entanto, a utilização generalizada das redes sociais, das plataformas em linha e das

aplicações de mensagens directas para aceder às notícias agravou o fenómeno das tentativas de desinformação.” Acrescenta que “Sabemos, com base no nosso inquérito aos meios de comunicação social, que as plataformas de redes sociais são a maior fonte de notícias para os jovens. 59% das pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos obtêm notícias através das redes sociais.” e que “Nas próximas eleições europeias, mais jovens serão elegíveis para votar (cerca de 2 milhões de jovens eleitores com 16 e 17 anos)”.

Finalmente, o [European Council on Foreign Relations](#) publicou mais um trabalho, intitulado *A new political map: Getting the European Parliament election right* (que pode ser lido [aqui](#)) onde se considera que (sumário executivo):

- Em resposta ao esperado aumento da direita nas eleições para o PE, muitos dos principais partidos e elites políticas europeias parecem estar a optar por uma **estratégia dupla**: seguir as políticas de direita em matéria de migração e promover uma narrativa do sucesso da UE, centrando-se na sua resposta à crise climática, à pandemia de covid-19 e à guerra da Rússia contra a Ucrânia.
- Porém, a análise que o ECFR faz da opinião pública europeia revela que ambas as abordagens são susceptíveis de ter o efeito contrário: a migração não é tão central como muitos decisores políticos pensam e os eleitores têm fortes convicções sobre as motivações dos seus líderes, o que significa que o mais importante é quem fala e não o que é dito.
- Concentrar-se na agenda positiva da Comissão pode também ser contraproducente e beneficiar os partidos anti-europeus, porque os cidadãos europeus têm uma perceção negativa do historial de resposta da UE às crises:
- Se os partidos tradicionais quiserem fazer frente à extrema-direita, devem adotar uma agenda alternativa que dê prioridade aos contextos nacionais e desenvolver campanhas mais direccionadas, concebidas para mobilizar os eleitores sem fomentar uma reacção anti-europeia.
- Tendo como pano de fundo as eleições presidenciais norte-americanas de novembro, devem também apresentar um novo argumento geopolítico para a Europa.

6. COMISSÃO EUROPEIA - MEDIDAS NA PAC

A Comissão Europeia propôs esta semana (detalhe [aqui](#)) a revisão de determinadas disposições da política agrícola comum (PAC), com o objetivo de simplificar a condicionalidade e os planos estratégicos da PAC, de modo a reduzir os encargos relacionados com os controlos para os agricultores da UE e proporcionar-lhes maior flexibilidade para cumprirem determinadas condicionalidades ambientais. Esta proposta visa dar cumprimento às últimas conclusões do Conselho Europeu que exortaram a Comissão e o Conselho a enfrentarem os desafios que o setor agrícola da UE enfrenta.

A proposta legislativa apresentada constitui uma resposta direta aos pedidos das organizações representativas dos agricultores e dos Estados-Membros e complementa as ações a curto prazo da Comissão já em curso para ajudar a reduzir os encargos administrativos para os agricultores.

Além disso, e para responder a todas as preocupações manifestadas nas últimas semanas, a Comissão envia igualmente ao Conselho e ao Parlamento Europeu um documento de reflexão que descreve várias medidas para melhorar a posição dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar. Esta lista de possíveis ações será debatida com os ministros da Agricultura na próxima reunião do Conselho.

A Comissão considera que, no primeiro ano de aplicação da atual PAC (2023-2027), os agricultores da UE enfrentaram desafios para cumprirem plenamente algumas das normas benéficas para o ambiente e o clima, denominadas «*boas condições agrícolas e ambientais*» (BCAA). Uma vez que a maioria dos pagamentos da PAC que os agricultores recebem estão associados a este conjunto de nove normas, são também referidos como condicionalidades. Por conseguinte, a Comissão propõe uma revisão específica de determinadas

condicionalidades no [Regulamento relativo aos planos estratégicos da PAC](#). A revisão diz respeito às seguintes condições :

- **BCAA 8 sobre características não produtivas:** Os agricultores da UE terão de manter as características paisagísticas existentes nas suas terras, mas deixarão de ser obrigados a dedicar uma parte mínima das suas terras aráveis a superfícies não produtivas, como as terras em pousio. Em vez disso, podem optar, numa base voluntária, por manter uma parte das suas terras aráveis não produtiva — ou estabelecer novos elementos paisagísticos (como sebes ou árvores) — e, assim, receber apoio financeiro adicional através de um regime ecológico que todos os Estados-Membros terão de oferecer nos seus planos estratégicos da PAC. Todos os agricultores da UE serão incentivados a manter zonas não produtivas benéficas para a biodiversidade sem temer perda de rendimentos.
- **BCAA 7 sobre rotação de culturas:** Os agricultores da UE poderão cumprir este requisito optando por rotar ou diversificar as suas culturas, em função das condições que enfrentam e se o seu país decidir incluir a opção de diversificação das culturas no seu plano estratégico da PAC. A flexibilidade para proceder à diversificação das culturas em vez da rotação apenas permitirá que os agricultores afetados por secas regulares ou chuvas excessivas cumpram mais facilmente este requisito.
- **BCAA 6 na cobertura do solo durante períodos sensíveis:** Os Estados-Membros terão muito mais flexibilidade para definir o que definem como períodos sensíveis e as práticas autorizadas a cumprir este requisito, tendo em conta as suas condições nacionais e regionais e no contexto da crescente variabilidade meteorológica.

Além disso, a Comissão propõe isentar as pequenas explorações agrícolas com menos de 10 hectares dos controlos e sanções relacionados com o cumprimento dos requisitos de condicionalidade. Tal reduzirá significativamente os encargos administrativos relacionados com os controlos para os pequenos agricultores, que representam 65 % dos beneficiários da PAC.

Por outro lado, o reforço da posição dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar é um dos principais objetivos da PAC. A fim de contribuir para os debates em curso com os ministros da Agricultura e o Parlamento Europeu, a Comissão apresenta várias opções para ações que poderão ser levadas a cabo a curto e médio prazo: i) um [observatório dos custos de produção](#), das margens e das práticas comerciais na cadeia de abastecimento agroalimentar; ii) [opções para melhorias específicas do atual quadro jurídico](#) estabelecido no [regulamento que estabelece uma organização comum dos mercados dos produtos agrícolas \(OCM\)](#); iii) [avaliação exaustiva da Diretiva](#) relativa às práticas comerciais desleais na cadeia de abastecimento alimentar, em vigor desde 2021, para apresentar, na primavera de 2024, um primeiro relatório com o ponto da situação da aplicação da diretiva.

7. COMISSÃO EUROPEIA - NEGOCIAÇÕES COM A SUÍÇA

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e a Presidente da Confederação Suíça, Viola Amherd, lançaram esta semana as **negociações destinadas a aprofundar e alargar as relações entre a UE e a Suíça** (detalhe [aqui](#)).

Esta iniciativa surge na sequência da adoção dos mandatos de negociação da Suíça e da UE em 8 e 12 de março de 2024, respetivamente, que autorizam a Comissão e a Suíça a negociar o pacote delineado no Entendimento Comum, aprovado pelo Conselho Federal Suíço e pela Comissão Europeia em novembro de 2023. As negociações visam assegurar condições de concorrência equitativas entre as empresas da UE e da Suíça que operam no mercado interno da UE e garantir a proteção dos direitos dos cidadãos da UE que trabalham na Suíça, incluindo a não discriminação entre cidadãos de diferentes Estados-Membros.

Os principais elementos do pacote incluem:

- Disposições institucionais a incluir nos acordos actuais e futuros com a Suíça relacionados com o mercado interno da UE, prevendo um alinhamento dinâmico com a legislação da UE, a sua interpretação e aplicação uniformes e a resolução de litígios;
- Disposições em matéria de auxílios estatais em vários acordos actuais e futuros com a Suíça relacionados com o mercado interno;
- Um acordo que permite a participação da Suíça em programas da UE, incluindo o Horizonte Europa;
- Um acordo sobre a contribuição financeira regular e permanente da Suíça para a coesão social e económica na UE como contrapartida da sua participação no mercado interno;
- Um relançamento das negociações com vista a acordos sobre eletricidade, segurança alimentar e saúde e sobre a participação da Suíça nas agências da União Europeia para o programa espacial e para os caminhos-de-ferro.

Além disso, na sequência do lançamento das negociações, a Comissão abre às entidades suíças a possibilidade de se candidatarem aos convites à apresentação de propostas do Conselho Europeu de Investigação que serão lançados em 2024.

8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho dos Negócios Estrangeiros

Realizado a [18 de março](#), iniciou-se com uma troca informal de pontos de vista com o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, por videoconferência, com destaque para o consenso em torno da ideia de que a unidade transatlântica continua a ser essencial para dar resposta aos desafios atuais e, mais especificamente, que é necessário tomar medidas urgentes tanto no que diz respeito à Ucrânia como no Médio Oriente, nomeadamente a fim de promover uma paz duradoura entre Israel e a Palestina com base numa solução assente na coexistência de dois Estados.

A agressão da Rússia contra a Ucrânia foi debatida, após uma intervenção por videoconferência do ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Dmytro Kuleba, que informou os seus homólogos da UE sobre a evolução da situação no terreno e sobre as prioridades atuais da Ucrânia. O Conselho adotou uma decisão que afeta um montante de 5 mil milhões de euros no âmbito do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz para o apoio militar à Ucrânia. Os ministros da UE acordaram igualmente em ultimar as sanções contra os responsáveis pelo assassinato de Alexei Navalny ao abrigo do regime global de sanções da UE, e debateram a possível utilização das receitas extraordinárias provenientes dos ativos russos imobilizados na UE devido a sanções.

Sobre a situação no Médio Oriente, os ministros debateram o agravamento constante da situação humanitária na Faixa de Gaza, onde, segundo um relatório recente do Programa Alimentar Mundial, a grande maioria da população está em risco de sucumbir à fome. O Conselho abordou igualmente a iniciativa de Chipre relativa à abertura de uma rota humanitária marítima, tendo o alto representante salientado que Israel tem também de assegurar mais rotas terrestres e a abertura de travessias adicionais. Os ministros manifestaram aguardar com expectativa a continuação do diálogo com Israel a fim de debater a situação em Gaza, tendo alguns ministros sugerido convidar novamente o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel e o novo primeiro-ministro da Autoridade Palestiniana para uma futura reunião do Conselho.

Conselho dos Assuntos Gerais

Realizado a [20 de março](#), centrou-se na preparação do Conselho Europeu de 21 e 22 de março de 2024, debatendo o projeto de conclusões. Além disso, os ministros trocaram pontos de vista sobre as reformas internas da UE e as melhorias dos métodos de trabalho da UE que deverão assegurar a capacidade de ação da UE, nomeadamente na perspetiva do alargamento da UE. A Presidência tenciona prosseguir os debates sobre o

futuro da Europa no Conselho dos Assuntos Gerais nos próximos meses, em apoio e preparação dos trabalhos do Conselho Europeu.

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana, não haverá trabalhos do PE em Bruxelas e Estrasburgo.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar no dia [27 de março](#), sendo de destacar o *Pacote do ensino superior* (Comunicação sobre um projeto para um diploma europeu; Recomendação do Conselho relativa a carreiras atrativas e sustentáveis no ensino superior; Recomendação do Conselho relativa a um sistema europeu de garantia da qualidade e de reconhecimento).

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se: 25 de março, [I Conselho informal de Ministros das Pescas](#); 24 e 25 de março, [Conselho \(Ambiente\)](#); e 26 de março, [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#).

Cooperação interparlamentar

No âmbito da dimensão parlamentar da Presidência belga do Conselho da UE, terá lugar em Bruxelas, nos dias 24 a 26 de março, a LXXI reunião plenária da COSAC. Todo o detalhe está disponível [aqui](#).

Bruxelas | 22 de março de 2024

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).